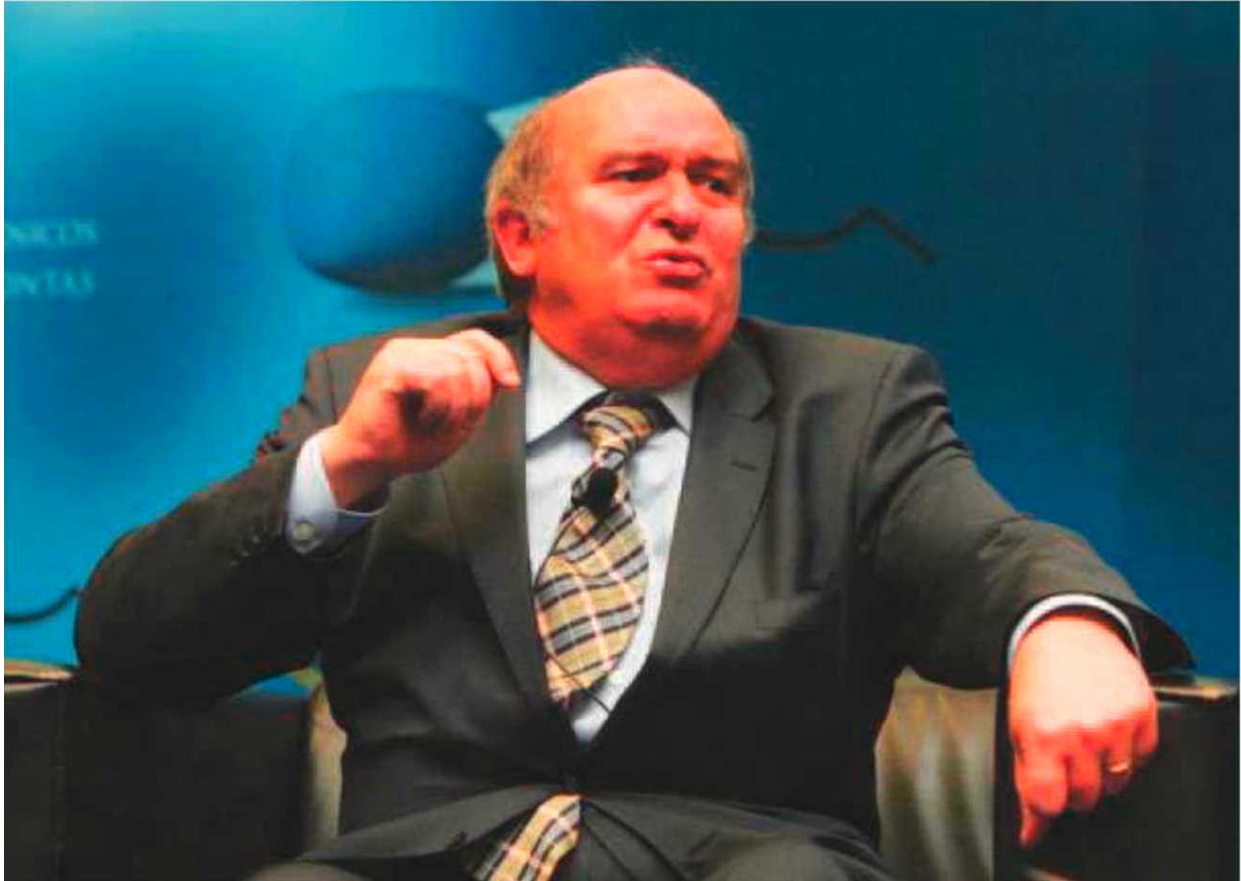


# “Não é preciso aumentar mais os impostos”



**Domingues Azevedo defende que não é preciso aumentar os impostos em Portugal.**

O bastonário dos Técnicos Oficiais de Contas defendeu ontem não ser preciso aumentar impostos devido ao ‘chumbo’ de três normas do Orçamento de Estado, já que o Estado vai obter mais receita e conta com uma folga financeira.

Com o ‘chumbo’ de normas que implicam a reposição dos salários que os trabalhadores da função pública tinham em 2010, “as pessoas vão receber mais e, portanto, descontar mais [para o] IRS e mais para a Segurança Social”, explicou Domingues Azevedo.

Segundo o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), o “efeito líquido das medidas que o Tribunal Constitucional decretou não são os 600 milhões de euros que dizem”, já que, desse valor, há que reduzir as prestações a mais pagas para o IRS e para a Segurança Social.

Isto representa “entre 10 a 15%

## BASTONÁRIO DOS TÉCNICOS DE CONTAS DEFENDE QUE O ESTADO VAI OBTER MAIS RECEITA

dos tais 600 milhões de euros, à vontade”, estimou Domingues Azevedo, acrescentando que, nesse caso, o impacto do ‘chumbo’ das normas pelo Tribunal Constitucional deverá ser, em média, de “540 milhões de euros”.

Por outro lado, adiantou o bastonário da OTOC, o Governo diz que tem uma folga financeira de quase 13 mil milhões de euros. “Se assim é, é positivo. Mas então porquê continuar a pedir mais esforço

às pessoas?”, questionou, referindo que “há, no Orçamento de Esta-

do [para 2014], dotações provisórias que ninguém sabe para que são, que ninguém sabe como vão ser utilizadas e há despesas que não estão devidamente documentadas”.

Estes valores, defendeu Domingues Azevedo, constituem “aquelas ‘gorduras’ que são, normalmente, utilizadas no momento que mais interessa, numa diminuição de um imposto ou numa obra num determinado local para uma eleição”.

Por isso, sublinhou, “não há necessidade nenhuma de sobrecarregar mais as pessoas”.

Ainda assim, o bastonário dos OTOC acredita que a solução que o Governo irá adoptar será o recurso a aumento de impostos. “Penso que poderá ser no IVA ou numa taxa genérica - por exemplo um aumento da taxa de solidariedade social para todos os trabalhadores, quer sejam da função pública quer sejam privados”, avançou.